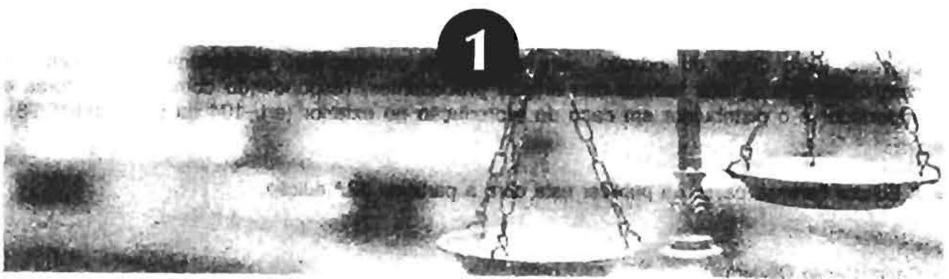


FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO  
E PARTE GERAL



**13.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 12.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: corgarashu/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 07.11.2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 1: Lei de Introdução e Parte Geral / Flávio Tartuce. – 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7313-1

1. Direitos reais – Brasil. I. Tartuce, Flávio. II. Título. III. Título: Direito das coisas.

07-1311.

CDU: 347.2(81)

2081701

## SUMÁRIO

<b>1. LEI DE INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 Aspectos gerais de Direito Privado .....	1
1.1.1 Introdução.....	1
1.1.2 As fontes do direito. A lei. As formas de integração da norma jurídica e as <i>ferramentas do sistema jurídico</i> .....	2
1.1.2.1 Fontes formais, diretas ou imediatas.....	2
1.1.2.2 Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	5
1.1.3 A lei como fonte principal do direito brasileiro. O problema das lacunas da lei.....	6
1.1.3.1 Da vigência das leis no tempo.....	8
1.1.3.2 Da vigência das leis no espaço .....	17
1.1.3.3 Principais classificações da lei.....	20
1.1.3.4 A interpretação das leis.....	22
1.1.3.5 As fontes diretas secundárias: a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito. Estudo específico e aprofundado .....	25
1.1.3.6 As fontes não formais, indiretas ou mediatas: a doutrina, a jurisprudência e a equidade.....	34
1.1.4 As antinomias ou lacunas de conflito.....	38
1.2 Da proteção do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido (arts. 6.º, da Lei de Introdução, e 5.º, XXXVI, da CF/1988). Relativização da proteção .....	42
1.3 As normas específicas de direito internacional público e privado constantes na Lei de Introdução. Breves comentários.....	49
1.4 Resumo esquemático .....	58
1.5 Questões correlatas .....	61
Gabarito .....	69

<b>2. ENTENDENDO O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....</b>	<b>71</b>
2.1 Introdução.....	71
2.2 Codificar é preciso? O <i>big bang</i> legislativo e o sistema solar.....	72
2.3 Visão geral do Código Civil de 2002. Diretrizes básicas da sua elaboração.....	76
2.4 Os princípios do Código Civil de 2002 segundo Miguel Reale.....	81
2.4.1 O princípio da eticidade.....	81
2.4.2 O princípio da socialidade.....	83
2.4.3 O princípio da operabilidade.....	86
2.5 Fundamentos teóricos e filosóficos da atual codificação privada. O Direito Civil Contemporâneo ou novo Direito Civil. Influências da <i>ontognoseologia jurídica</i> de Miguel Reale no Código Civil de 2002.....	89
2.6 Direito Civil e Constituição. Amplitude da expressão Direito Civil Constitucional. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	95
2.7 O diálogo das fontes.....	105
2.8 Resumo esquemático.....	110
2.9 Questões correlatas.....	113
Gabarito.....	119
<b>3. ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PARTE GERAL. DA PESSOA NATURAL.....</b>	<b>121</b>
3.1 Da pessoa natural, humana ou física. Conceitos iniciais. Personalidade e capacidade. A situação jurídica do nascituro.....	121
3.1.1 Os absolutamente incapazes.....	133
3.1.2 Os relativamente incapazes.....	139
3.1.3 Teoria geral da representação.....	144
3.1.4 Da emancipação.....	146
3.2 Os direitos da personalidade na concepção civil-constitucional.....	150
3.2.1 Introdução. Conceito de direitos da personalidade. Análise da técnica da ponderação e do seu tratamento no Novo CPC.....	150
3.2.2 Classificação e características dos direitos da personalidade.....	162
3.2.2.1 Direitos inatos, ilimitados e absolutos.....	165
3.2.2.2 Direitos intransmissíveis e indisponíveis.....	171
3.2.2.3 Direitos irrenunciáveis.....	172
3.2.2.4 Direitos imprescritíveis.....	174
3.2.2.5 Direitos impenhoráveis e inexpropriáveis.....	177
3.2.3 Os direitos da personalidade e as grandes gerações ou dimensões de direitos.....	178
3.2.4 Previsões legais de proteção aos direitos da personalidade no Código Civil de 2002.....	180

3.3	Domicílio da pessoa natural .....	206
3.4	Morte da pessoa natural .....	211
3.4.1	Morte real .....	211
3.4.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A <i>justificação</i> .....	213
3.4.3	Morte presumida com declaração de ausência .....	214
3.4.3.1	Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25 do CC) ..	215
3.4.3.2	Da sucessão provisória (arts. 26 a 36 do CC).....	216
3.4.3.3	Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39 do CC).....	219
3.4.4	Da comoriência .....	221
3.5	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica .....	223
3.6	Resumo esquemático .....	227
3.7	Questões correlatas .....	232
	Gabarito .....	241
<b>4.</b>	<b>DA PESSOA JURÍDICA .....</b>	<b>243</b>
4.1	Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais.....	243
4.2	Principais classificações gerais da pessoa jurídica .....	246
4.2.1	Quanto à nacionalidade .....	246
4.2.2	Quanto à estrutura interna .....	247
4.2.3	Quanto às funções e capacidade .....	247
4.3	Da pessoa jurídica de direito privado. Figuras previstas no art. 44 do CC ....	248
4.3.1	Das fundações particulares.....	248
4.3.2	Das associações.....	252
4.3.3	Das sociedades.....	258
4.3.4	Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações <i>sui generis</i> .....	259
4.3.5	Das empresas individuais de sociedade limitada (EIRELI).....	261
4.4	Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas .....	263
4.5	Domicílio das pessoas jurídicas .....	264
4.6	Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens.....	265
4.7	Da desconsideração da personalidade jurídica .....	266
4.8	Entes ou grupos despersonalizados .....	282
4.9	Resumo esquemático .....	284
4.10	Questões correlatas .....	286
	Gabarito .....	293
<b>5.</b>	<b>DO OBJETO DO DIREITO. OS BENS.....</b>	<b>295</b>
5.1	Conceito de bens .....	295

5.2	Principais classificações dos bens .....	297
5.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	297
5.2.2	Classificação dos bens quanto à mobilidade .....	298
5.2.3	Classificação quanto à fungibilidade .....	300
5.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade .....	300
5.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	302
5.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	303
5.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	305
5.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio .....	310
5.3	Do bem de família.....	313
5.3.1	Introdução. Concepção civil-constitucional do bem de família. A nova dimensão da ideia de patrimônio.....	313
5.3.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	317
5.3.3	O bem de família legal.....	320
5.4	Resumo esquemático .....	340
5.5	Questões correlatas .....	345
	Gabarito .....	351
<b>6.</b>	<b>TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO .....</b>	<b>353</b>
6.1	Fatos, atos e negócios jurídicos. Conceitos iniciais.....	353
6.2	Do ato jurídico em sentido estrito ou ato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	360
6.3	Do negócio jurídico .....	362
6.3.1	Principais classificações dos negócios jurídicos.....	364
6.3.2	Os elementos constitutivos do negócio jurídico .....	367
6.3.2.1	Introdução. Os três planos do negócio jurídico. A Escada Pontean.....	367
6.3.2.2	Elementos essenciais do negócio jurídico .....	370
6.3.2.3	Elementos naturais ou identificadores do negócio jurí- dico .....	381
6.3.2.4	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	382
6.4	Adendo especial. Breve estudo do negócio jurídico processual e o seu tratamento no Novo CPC.....	390
6.5	Resumo esquemático .....	398
6.6	Questões correlatas .....	400
	Gabarito .....	405
<b>7.</b>	<b>DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA DAS NULIDADES.....</b>	<b>407</b>
7.1	Introdução. Classificação dos vícios do negócio jurídico.....	407

7.2	Do erro e da ignorância.....	408
7.3	Do dolo.....	413
7.4	Da coação.....	417
7.5	Do estado de perigo.....	421
7.6	Da lesão.....	424
7.7	Da fraude contra credores.....	429
7.8	O novo tratamento da simulação.....	442
7.9	Da invalidade do negócio jurídico. A teoria das nulidades do negócio jurídico.....	450
7.9.1	Introdução.....	450
7.9.2	Da inexistência do negócio jurídico.....	450
7.9.3	Da nulidade absoluta.....	453
7.9.4	Da nulidade relativa ou anulabilidade.....	461
7.10	Resumo esquemático.....	470
7.11	Questões correlatas.....	471
	Gabarito.....	481
<b>8.</b>	<b>DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. O TRATAMENTO DIFERENCIADO.....</b>	<b>483</b>
8.1	Introdução.....	483
8.2	Da prescrição.....	486
8.2.1	Conceito de prescrição.....	486
8.2.2	Disposições gerais sobre a prescrição.....	487
8.2.3	Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	502
8.2.4	Das causas de interrupção da prescrição.....	507
8.2.5	Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil. As ações imprescritíveis.....	512
8.2.6	Prescrição e direito intertemporal.....	518
8.3	Da decadência. Conceitos e disposições gerais.....	522
8.3.1	Prazos de decadência.....	526
8.4	Resumo esquemático.....	528
8.5	Questões correlatas.....	531
	Gabarito.....	539
<b>9.</b>	<b>A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. VI-SÃO ATUALIZADA DIANTE DO NOVO CPC.....</b>	<b>541</b>
9.1	Introdução. A necessidade de o Código Civil trazer um capítulo específico quanto à prova.....	541

9.2	Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002. Análise das regras constantes da atual codificação privada.....	543
9.3	Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática .....	571
9.4	Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 784, II, do CPC/2015, correspondente ao art. 585, II, do CPC/1973. Aplicação do estudo das antinomias ou lacunas de conflito.....	578
9.5.	Adendo especial. Do tratamento da ata notarial e da carga dinâmica da prova no Novo CPC.....	580
9.6	Resumo esquemático .....	584
9.7	Questões correlatas .....	585
	Gabarito .....	589
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>591</b>



FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES  
E RESPONSABILIDADE CIVIL



**13.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2018 by  
EDITORA FORENSE LTDA.  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira  
Foto: Ints Vikmanis/Shutterstock
- Fechamento desta edição: 01.11.2017
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 2: direito das obrigações e responsabilidade civil / Flávio Tartuce; 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia  
ISBN 978-85-309-7783-2

1. Responsabilidade (Direito). 2. Direito civil. I. Título. II. Série.

17-45627

CDU: 347.51

# SUMÁRIO

## DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

<b>1. A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL E O CÓDIGO CIVIL DE 2002</b> .....	3
1.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos.....	3
1.1.1 Elementos subjetivos da obrigação .....	6
1.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação .....	7
1.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação .....	10
1.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, responsabilidade, ônus e estado de sujeição.....	16
1.3 As fontes obrigacionais no direito brasileiro .....	21
1.4 Os atos unilaterais como fontes do direito obrigacional .....	23
1.4.1 Da promessa de recompensa.....	23
1.4.2 Da gestão de negócios.....	25
1.4.3 Do pagamento indevido .....	28
1.4.4 Do enriquecimento sem causa.....	32
1.5 Dos títulos de crédito como fonte das obrigações civis. Pequena abordagem.....	35
1.6 Resumo esquemático .....	36
1.7 Questões correlatas.....	38
Gabarito .....	42
<b>2. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES</b> .....	43
2.1 Introdução .....	43

2.2	Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional.....	44
2.2.1	Obrigação positiva de dar.....	44
2.2.1.1	Obrigação de dar coisa certa (arts. 233 a 242 do CC).....	45
2.2.1.2	Obrigação de dar coisa incerta (arts. 243 a 246 do CC)....	54
2.2.2	Obrigação positiva de fazer.....	57
2.2.3	Obrigação negativa de não fazer .....	66
2.3	Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais.....	68
2.3.1	Considerações iniciais.....	68
2.3.2	Das obrigações compostas objetivas.....	69
2.3.3	Das obrigações compostas subjetivas. As obrigações solidárias....	74
2.3.3.1	Regras gerais.....	74
2.3.3.2	Da obrigação solidária ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	77
2.3.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)....	85
2.3.3.4	Da obrigação solidária mista ou recíproca.....	95
2.4	Classificação quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional .....	95
2.5	Classificação quanto ao conteúdo .....	102
2.6	Classificação quanto à liquidez.....	107
2.7	Classificação quanto à presença ou não de elemento acidental .....	108
2.8	Classificação quanto à dependência.....	109
2.9	Classificação quanto ao local para cumprimento .....	110
2.10	Classificação quanto ao momento para cumprimento.....	111
2.11	Outros conceitos importantes. Obrigação <i>propter rem</i> e obrigação natural.....	111
2.12	Resumo esquemático .....	115
2.13	Questões correlatas.....	117
	Gabarito.....	128

3.	<b>DO ADIMPLENTO OBRIGACIONAL – TEORIA DO PAGAMENTO (PRIMEIRA PARTE)</b> .....	131
3.1	Introdução.....	131
3.2	Elementos subjetivos do pagamento direto. o <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> .....	132
3.2.1	Do <i>solvens</i> ou “quem deve pagar”.....	132
3.2.2	Do <i>accipiens</i> ou “a quem se deve pagar”.....	135
3.3	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto).....	139
3.4	Do lugar do pagamento direto.....	149

3.5	Do tempo do pagamento.....	152
3.6	Resumo esquemático .....	154
3.7	Questões correlatas.....	155
	Gabarito.....	159
<b>4.</b>	<b>DO ADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL - TEORIA DO PAGAMENTO (SEGUNDA PARTE).....</b>	<b>161</b>
4.1	Introdução.....	161
4.2	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento) ....	162
4.3	Da imputação do pagamento.....	171
4.4	Do pagamento com sub-rogação.....	172
4.5	Da dação em pagamento .....	176
4.6	Da novação.....	179
4.7	Da compensação.....	185
4.8	Da confusão.....	193
4.9	Da remissão de dívidas .....	195
4.10	Os novos tratamentos legais da transação e do compromisso (arbitragem) .....	196
4.11	Da extinção da obrigação sem pagamento.....	197
4.12	Resumo esquemático .....	198
4.13	Questões correlatas.....	200
	Gabarito.....	205
<b>5.</b>	<b>DO INADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL. DA RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL .....</b>	<b>207</b>
5.1	Conceitos iniciais.....	207
5.2	Da mora. Regras gerais .....	216
5.3	Da purgação da mora.....	225
5.4	Do inadimplemento absoluto da obrigação.....	231
5.5	Dos juros remuneratórios e moratórios .....	237
5.6	Da cláusula penal.....	253
5.7	Das arras ou sinal .....	268
5.8	Das preferências e privilégios creditórios.....	272
5.9	Resumo esquemático .....	274
5.10	Questões correlatas.....	275
	Gabarito.....	284

<b>6. A TRANSMISSIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. CESSÃO DE CRÉDITO, CESSÃO DE DÉBITO E CESSÃO DE CONTRATO.....</b>	<b>285</b>
6.1 Introdução .....	285
6.2 Da cessão de crédito.....	286
6.3 Espécies ou modalidades de cessão de crédito .....	292
6.4 Da cessão de débito ou assunção de dívida .....	293
6.5 Da cessão de contrato.....	298
6.6 Resumo esquemático .....	304
6.7 Questões correlatas.....	304
Gabarito.....	310

## RESPONSABILIDADE CIVIL

<b>7. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS BÁSICOS.....</b>	<b>313</b>
7.1 Breve esboço histórico da responsabilidade civil. Da responsabilidade subjetiva à objetivação.....	313
7.2 A responsabilidade pressuposta.....	317
7.3 A responsabilidade civil e o Direito Civil Constitucional.....	319
7.4 O conceito de ato ilícito.....	328
7.5 O abuso de direito como ato ilícito .....	332
7.5.1 O art. 187 do CC. Conceito, exemplos e consequências práticas.....	332
7.5.2 A publicidade abusiva como abuso de direito .....	339
7.5.3 As práticas previstas no Código de Defesa do Consumidor e o conceito do art. 187 do CC.....	341
7.5.4 O abuso de direito e o Direito do Trabalho .....	343
7.5.5 A lide temerária como exemplo de abuso de direito. O abuso no processo .....	345
7.5.6 O abuso do direito de propriedade. A função socioambiental da propriedade .....	348
7.5.7 <i>Spam</i> e abuso de direito .....	352
7.6 Resumo esquemático .....	357
7.7 Questões correlatas.....	358
Gabarito.....	362
<b>8. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU PRESSUPOSTOS DO DEVER DE INDENIZAR.....</b>	<b>363</b>
8.1 Visão geral estrutural .....	363

8.2	Conduta humana como elemento da responsabilidade civil.....	364
8.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i> .....	367
8.3.1	Do dolo.....	367
8.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i> .....	368
8.4	O nexo de causalidade.....	379
8.5	Dano ou prejuízo.....	400
8.5.1	Danos patrimoniais ou materiais.....	402
8.5.2	Danos morais.....	417
8.5.2.1	Danos morais × transtornos. A perda do tempo e o crescimento da tese da responsabilidade civil sem dano.....	427
8.5.2.2	Danos morais da pessoa jurídica.....	438
8.5.2.3	Natureza jurídica da indenização por danos morais.....	444
8.5.2.4	Critérios para a quantificação dos danos morais. Algumas tentativas concretas.....	446
8.5.3	Os novos danos. Danos estéticos, danos por perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais ou difusos.....	456
8.5.3.1	Danos estéticos.....	457
8.5.3.2	Danos por perda de uma chance.....	462
8.5.3.3	Danos morais coletivos.....	469
8.5.3.4	Danos sociais ou difusos.....	476
8.5.4	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	483
8.6	Resumo esquemático.....	494
8.7	Questões correlatas.....	495
	Gabarito.....	501
<b>9.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL QUANTO À CULPA. ANÁLISE DAS REGRAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E CÓDIGO CIVIL DE 2002.....</b>	<b>503</b>
9.1	A responsabilidade civil subjetiva como regra do ordenamento jurídico brasileiro.....	503
9.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	506
9.3	Principais casos de responsabilidade objetiva consagrados na legislação especial.....	522
9.3.1	A responsabilidade objetiva do Estado.....	522
9.3.2	A responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	531
9.3.2.1	O Código de Defesa do Consumidor e a adoção do Princípio da Reparação Integral de Danos. O conceito de consumidor por equiparação ou <i>bystander</i> .....	531

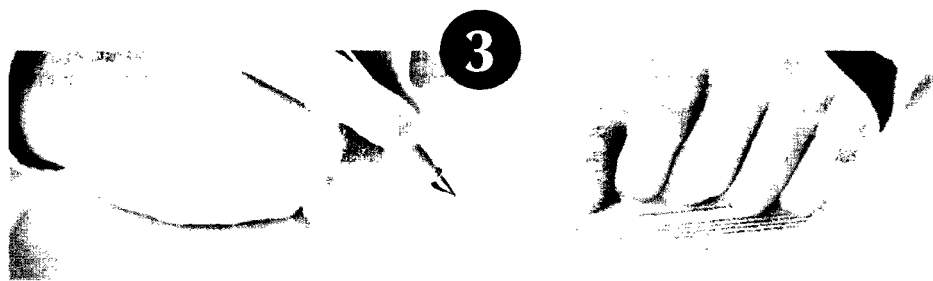
9.3.2.2	A relação de consumo e o princípio da solidariedade (art. 7.º, parágrafo único, da Lei 8.078/1990). Abordagem da responsabilidade civil pelo vício do produto e por fato do produto (defeito), pelo vício do serviço e fato do serviço (defeito) .....	536
9.3.2.3	As excludentes de responsabilidade civil previstas no Código de Defesa do Consumidor .....	545
9.3.2.4	Análise do art. 931 do CC e sua confrontação em relação ao Código de Defesa do Consumidor. A tese do diálogo das fontes quanto à responsabilidade civil.....	551
9.3.3	A responsabilidade civil por danos ambientais .....	556
9.4	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Regras específicas ....	563
9.4.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta .....	563
9.4.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal... ..	576
9.4.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção .....	580
9.4.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios .....	583
9.4.5	A responsabilidade civil objetiva em relação a dívidas .....	585
9.4.6	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte .....	590
9.5	Resumo esquemático .....	598
9.6	Questões correlatas .....	599
	Gabarito .....	610
<b>10.</b>	<b>EXCLUDENTES DO DEVER DE INDENIZAR, RESPONSABILIDADE CIVIL E RESPONSABILIDADE CRIMINAL .....</b>	<b>611</b>
10.1	Esclarecimentos necessários.....	611
10.2	Das excludentes do dever de indenizar .....	612
10.2.1	Da legítima defesa .....	612
10.2.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente.....	615
10.2.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	617
10.2.4	Das excludentes de nexo de causalidade .....	621
10.2.5	Da cláusula de não indenizar .....	624
10.3	Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal .....	628
10.4	Resumo esquemático .....	639
10.5	Questões correlatas.....	641
	Gabarito .....	644
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>645</b>



FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS  
E CONTRATOS EM ESPÉCIE



**13.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 11ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: Halfpoint/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 01.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie / Flávio Tartuce; 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7788-7

1. Contratos. Brasil - I. Título. II. Título: Teoria geral dos contratos e contratos em espécie.

# SUMÁRIO

<b>1. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS - INTRODUÇÃO - Conceitos iniciais</b> .....	<b>1</b>
1.1 Conceito de contrato. Conceito clássico e conceito contemporâneo .....	1
1.2 A suposta crise dos contratos.....	5
1.3 A tese do diálogo das fontes. Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002 em relação aos contratos.....	8
1.4 Elementos constitutivos dos contratos. <i>A escada ponteana</i> .....	14
1.5 Principais classificações contratuais .....	20
1.5.1 Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas ou quanto à presença de <i>sinalagma</i> .....	20
1.5.2 Quanto ao sacrifício patrimonial das partes.....	21
1.5.3 Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	22
1.5.4 Quanto aos riscos que envolvem a prestação.....	23
1.5.5 Quanto à previsão legal.....	25
1.5.6 Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. O conceito de contrato de adesão. Diferenças em relação ao contrato de consumo.....	27
1.5.7 Quanto à presença de formalidades.....	35
1.5.8 Quanto à independência do contrato. O conceito de contratos coligados .....	37
1.5.9 Quanto ao momento do cumprimento .....	40
1.5.10 Quanto à personalidade.....	41
1.5.11 Quanto às pessoas envolvidas.....	41
1.5.12 Quanto à definitividade do negócio.....	43
1.6 Resumo esquemático .....	44
1.7 Questões correlatas.....	46
Gabarito.....	49

<b>2. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS – OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....</b>	<b>51</b>
2.1 Introdução. O contrato na perspectiva civil-constitucional .....	51
2.2 O princípio da autonomia privada .....	55
2.3 O princípio da função social dos contratos.....	60
2.3.1 Análise dos arts. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil.	60
2.3.2 Eficácia interna e externa da função social dos contratos.....	69
2.3.3 Dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002 consagradores da função social dos contratos.....	75
2.4 O princípio da força obrigatória dos contratos ( <i>pacta sunt servanda</i> ) .....	93
2.5 O princípio da boa-fé objetiva .....	95
2.5.1 Conceitos básicos relacionados à boa-fé objetiva e à eticidade...	95
2.5.2 O princípio da boa-fé objetiva ou boa-fé contratual. Análise do art. 422 do Código Civil .....	101
2.5.3 A função de integração da boa-fé objetiva. Os conceitos oriundos do direito comparado: <i>supressio, surrectio, tu quoque, venire contra factum proprium, duty to mitigate the loss e Nachfrist</i> .....	112
2.6 O princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	124
2.7 Resumo esquemático .....	133
2.8 Questões correlatas .....	134
Gabarito.....	145
<b>3. A FORMAÇÃO DO CONTRATO PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>147</b>
3.1 A formação do contrato pelo Código Civil.....	147
3.1.1 Fase de negociações preliminares ou de pontuação .....	148
3.1.2 Fase de proposta, policitación ou oblação .....	151
3.1.3 Fase de contrato preliminar .....	155
3.1.4 Fase de contrato definitivo .....	159
3.2 A formação do contrato pelo Código de Defesa do Consumidor .....	160
3.3 A formação do contrato pela via eletrônica .....	166
3.4 Resumo esquemático .....	171
3.5 Questões correlatas.....	172
Gabarito.....	179
<b>4. A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>	<b>181</b>
4.1 Introdução .....	181
4.2 A revisão contratual pelo Código Civil .....	182

4.3	A revisão contratual pelo Código de Defesa do Consumidor.....	196
4.4	Resumo esquemático .....	203
4.5	Questões correlatas .....	204
	Gabarito.....	208
<b>5.</b>	<b>EFEITOS DOS CONTRATOS - OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS, OS VÍCIOS DO PRODUTO E A EVICÇÃO.....</b>	<b>209</b>
5.1	Introdução .....	209
5.2	Os vícios redibitórios no Código Civil .....	209
5.3	Os vícios do produto no Código de Defesa do Consumidor.....	220
5.4	A evicção.....	226
5.5	Resumo esquemático .....	238
5.6	Questões correlatas .....	241
	Gabarito.....	247
<b>6.</b>	<b>A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>249</b>
6.1	Introdução .....	249
6.2	Extinção normal dos contratos.....	250
6.3	Extinção por fatos anteriores à celebração .....	251
6.4	Extinção por fatos posteriores à celebração .....	256
6.5	Extinção por morte de um dos contratantes.....	277
6.6	Resumo esquemático .....	278
6.7	Questões correlatas .....	278
	Gabarito.....	287
<b>7.</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA COMPRA E VENDA .....</b>	<b>289</b>
7.1	Conceito de compra e venda e seus elementos principais .....	289
7.2	Natureza jurídica do contrato de compra e venda .....	294
7.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato .....	296
7.4	Restrições à compra e venda .....	300
7.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC) .....	300
7.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC) .....	306
7.4.3	Da venda de bens sob administração. As restrições constantes do art. 497 do CC .....	308
7.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum. O direito de prelação legal do condômino (art. 504 do CC).....	309

7.5	Regras especiais da compra e venda.....	314
7.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC) .....	314
7.5.2	Venda a contento ou sujeita a prova (arts. 509 a 512 do CC).....	315
7.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC)....	317
7.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC) .....	321
7.6	Das cláusulas especiais da compra e venda.....	322
7.6.1	Cláusula de retrovenda .....	323
7.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional..	326
7.6.3	Cláusula de venda sobre documentos.....	331
7.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio .....	333
7.7	Resumo esquemático .....	342
7.8	Questões correlatas.....	342
	Gabarito.....	347
<b>8.</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA TROCA E DO CONTRATO ESTIMATÓRIO</b> .....	<b>349</b>
8.1	Da troca ou permuta .....	349
8.1.1	Conceito e natureza jurídica .....	349
8.1.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda.....	350
8.1.3	Troca entre ascendentes e descendentes.....	351
8.2	Contrato estimatório ou venda em consignação .....	352
8.2.1	Conceito e natureza jurídica .....	352
8.2.2	Efeitos e regras do contrato estimatório.....	353
8.3	Resumo esquemático .....	357
8.4	Questões correlatas.....	357
	Gabarito.....	358
<b>9.</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA DOAÇÃO</b> .....	<b>359</b>
9.1	Conceito e natureza jurídica .....	359
9.2	Efeitos e regras da doação sob o prisma das suas modalidades ou espécies.....	364
9.2.1	Classificação da doação quanto à presença ou não de elementos acidentais .....	364
9.2.2	Doação remuneratória.....	365
9.2.3	Doação contemplativa ou meritória .....	366
9.2.4	Doação a nascituro.....	366
9.2.5	Doação sob forma de subvenção periódica .....	368
9.2.6	Doação em contemplação de casamento futuro (doação <i>propter nuptias</i> ) .....	369

9.2.7	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges ....	370
9.2.8	Doação com cláusula de reversão.....	373
9.2.9	Doação conjuntiva.....	375
9.2.10	Doação manual.....	375
9.2.11	Doação inoficiosa .....	376
9.2.12	Doação universal .....	379
9.2.13	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice .....	381
9.2.14	Doação a entidade futura .....	382
9.3	Da promessa de doação .....	383
9.4	Da revogação da doação .....	385
9.5	Resumo esquemático .....	390
9.6	Questões correlatas.....	391
	Gabarito.....	396
<b>10.</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE – LOCAÇÃO DE COISAS E FIANÇA .....</b>	<b>397</b>
10.1	Locação. Conceitos gerais.....	397
10.2	Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC).....	398
10.3	Locação de imóvel urbano residencial ou não residencial. Estudo da Lei de Locação (Lei 8.245/1991) e das alterações incluídas pela Lei 12.112/2009...	405
10.3.1	Introdução .....	405
10.3.2	Características e regras gerais da Lei de Locação. Aspectos materiais.....	412
10.3.3	Deveres do locador e do locatário na locação de imóvel urbano	420
10.3.4	Regras quanto à extinção da locação residencial e da locação para temporada.....	425
10.3.5	Regras quanto à extinção da locação não residencial.....	428
10.3.6	O direito de preferência do locatário .....	436
10.3.7	Benfeitorias e nulidades contratuais .....	439
10.3.8	Transferência do contrato de locação .....	442
10.3.9	As garantias locatícias .....	445
10.3.10	Regras processuais relevantes da Lei de Locação. As ações específicas.....	450
10.3.10.1	Da ação de despejo (arts. 59 a 66 da Lei 8.245/1991)....	450
10.3.10.2	Da ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação (art. 67 da Lei 8.245/1991) .....	460
10.3.10.3	Da ação revisional de aluguel (arts. 68 a 70 da Lei 8.245/1991).....	462
10.3.10.4	Da ação renovatória (arts. 51 a 53 e 71 a 75 da Lei 8.245/1991).....	464
10.3.10.5	Das regras processuais comuns (art. 58 da Lei 8.245/1991).....	470

10.4	Contrato de fiança .....	472
10.4.1	Conceito e natureza jurídica .....	472
10.4.2	Efeitos e regras relativas à fiança .....	479
10.4.3	Extinção da fiança .....	491
10.4.4	A impenhorabilidade do bem de família do fiador.....	493
10.5	Resumo esquemático .....	500
10.6	Questões correlatas.....	504
	Gabarito.....	510
<b>11</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E EMPREITADA....</b>	<b>511</b>
11.1	Introdução .....	511
11.2	O contrato de prestação de serviço .....	513
11.2.1	Conceito e natureza jurídica .....	513
11.2.2	Regras do contrato de prestação de serviços previstas no Código Civil de 2002 .....	515
11.2.3	A extinção da prestação de serviço e suas consequências jurídicas....	519
11.3	O contrato de empreitada.....	527
11.3.1	Conceito e natureza jurídica .....	527
11.3.2	Regras específicas quanto à empreitada no Código Civil de 2002...	528
11.3.3	Extinção do contrato de empreitada .....	536
11.4	Resumo esquemático .....	536
11.5	Questões correlatas.....	538
	Gabarito.....	545
<b>12</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO EMPRÉSTIMO (COMODATO E MÚTUO) E DO DEPÓSITO.....</b>	<b>547</b>
12.1	Do contrato de empréstimo. Introdução .....	547
12.2	Do comodato ou empréstimo de uso.....	548
12.3	Do mútuo ou empréstimo de consumo.....	558
12.4	Do contrato de depósito .....	563
12.4.1	Conceito e natureza jurídica .....	563
12.4.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional .....	564
12.4.3	O depósito necessário .....	570
12.4.4	A prisão do depositário infiel na visão civil-constitucional.....	571
12.5	Resumo esquemático .....	576
12.6	Questões correlatas.....	578
	Gabarito.....	582



<b>13 CONTRATOS EM ESPÉCIE - DO MANDATO .....</b>	<b>583</b>
13.1 Conceito e natureza jurídica .....	583
13.2 Principais classificações do mandato .....	588
13.3 Regras e efeitos do mandato.....	590
13.4 Do substabelecimento.....	595
13.5 Extinção do mandato.....	596
13.6 Resumo esquemático .....	600
13.7 Questões correlatas .....	602
Gabarito.....	607
<b>14 CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA COMISSÃO, DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO E DA CORRETAGEM .....</b>	<b>609</b>
14.1 Introdução .....	609
14.2 Da comissão .....	609
14.3 Da agência e distribuição.....	616
14.4 Da corretagem.....	623
14.5 Resumo esquemático .....	633
14.6 Questões correlatas.....	634
Gabarito.....	637
<b>15 CONTRATOS EM ESPÉCIE - DO TRANSPORTE.....</b>	<b>639</b>
15.1 Conceito e natureza jurídica .....	639
15.2 Regras gerais para o contrato de transporte.....	642
15.3 Do transporte de pessoas.....	648
15.4 Do transporte de coisas .....	666
15.5 Resumo esquemático .....	671
15.6 Questões correlatas.....	672
Gabarito.....	675
<b>16 CONTRATOS EM ESPÉCIE - DO CONTRATO DE SEGURO.....</b>	<b>677</b>
16.1 Conceito e natureza jurídica .....	677
16.2 Regras gerais quanto ao contrato de seguro constantes do Código Civil	681
16.3 Do seguro de dano .....	705
16.4 Do seguro de pessoa.....	714
16.5 Resumo esquemático .....	726
16.6 Questões correlatas.....	727
Gabarito.....	731

<b>17 CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA E DO JOGO E APOSTA.....</b>	<b>733</b>
17.1 Da constituição de renda.....	733
17.2 Do jogo e da aposta.....	737
17.3 Resumo esquemático.....	741
17.4 Questões correlatas.....	742
Gabarito.....	744
<b>18 CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA TRANSAÇÃO E DO COMPROMISSO ...</b>	<b>745</b>
18.1 Introdução.....	745
18.2 Da transação.....	745
18.3 Do compromisso e da arbitragem.....	752
18.4 Resumo esquemático.....	763
18.5 Questões correlatas.....	764
Gabarito.....	766
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>767</b>

FLÁVIO  
TARTUCE

# DIREITO CIVIL DIREITO DAS COISAS

**13<sup>ª</sup>** revista,  
atualizada  
e ampliada



**4**  
VOL. I



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.12.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2021 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

T198d

Tartuce, Flávio, 1976-

Direito Civil: direito das coisas / Flávio Tartuce. – 13. ed – Rio de Janeiro: Forense, 2021.  
(Direito civil; 4)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9370-2

1. Direito civil – Brasil. 2. Direitos reais – Brasil. 3. Propriedade – Brasil. 4. Posse (Direito) – Brasil.  
I. Título.

20-68298

CDU: 347.121.2(81)

---

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Conceito de Direito das Coisas. A questão terminológica.....	1
1.2 Conceito de direitos reais. Teorias justificadoras e caracteres. Análise preliminar do art. 1.225 do CC .....	5
1.3 Diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais .....	17
1.4 O Direito das Coisas e a Constituição Federal. Primeiras noções a respeito da função social da propriedade .....	22
1.5 Resumo esquemático .....	29
1.6 Questões correlatas.....	30
Gabarito.....	31
<b>2. DA POSSE.....</b>	<b>33</b>
2.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A função social da posse. A detenção.....	33
2.2 Principais classificações da posse .....	45
2.2.1 Classificação quanto à relação pessoa-coisa ou quanto ao desdobramento .....	45
2.2.2 Classificação quanto à presença de vícios .....	47
2.2.3 Classificação quanto à boa-fé.....	51
2.2.4 Classificação quanto à presença de título.....	56
2.2.5 Classificação quanto ao tempo .....	57
2.2.6 Classificação quanto aos efeitos.....	59
2.3 Efeitos materiais da posse.....	59
2.3.1 A percepção dos frutos e suas consequências.....	59
2.3.2 A indenização e a retenção das benfeitorias .....	62

2.3.3	As responsabilidades.....	69
2.3.4	O direito à usucapião .....	70
2.4	Efeitos processuais da posse.....	71
2.4.1	A faculdade de invocar os interditos possessórios.....	73
2.4.2	A possibilidade de ingresso de outras ações possessórias.....	92
2.4.2.1	Da ação de nunciação de obra nova ou embargo de obra nova. A ausência do seu tratamento específico no Código de Processo Civil de 2015 .....	93
2.4.2.2	Da ação de dano infecto.....	96
2.4.2.3	Dos embargos de terceiro .....	96
2.4.2.4	Da ação de imissão de posse.....	100
2.4.2.5	Da ação publiciana.....	102
2.4.3	As faculdades da legítima defesa da posse e do desforço imediato.....	102
2.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse .....	105
2.6	Composse ou compossessão .....	110
2.7	Resumo esquemático .....	113
2.8	Questões correlatas.....	114
	Gabarito.....	127
<b>3.</b>	<b>DA PROPRIEDADE.....</b>	<b>129</b>
3.1	Conceito de propriedade e de direito de propriedade. Direitos e faculdades dela decorrentes.....	129
3.2	Disposições preliminares relativas à propriedade constantes do Código Civil de 2002. Suas principais limitações. A função social da propriedade. Aprofundamentos necessários .....	146
3.3	Principais características do direito de propriedade.....	159
3.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho e a função social da propriedade. Análise do caso da <i>Favela Pullman</i> (STJ). Semelhanças e diferenças.....	161
3.4.1	Estudo da desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC).....	161
3.4.2	As tentativas de orientação da desapropriação judicial privada por posse-trabalho, pelos Enunciados aprovados nas <i>Jornadas de Direito Civil</i> , do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	164
3.4.3	O caso da <i>Favela Pullman</i> e a função social da propriedade .....	172
3.4.4	Semelhanças e diferenças entre a desapropriação judicial privada. Julgamento do caso da <i>Favela Pullman</i> e de casos relativos à desapropriação privada.....	178

3.5	Da propriedade resolúvel. O enquadramento da propriedade fiduciária. Primeira abordagem .....	185
3.6	Da propriedade aparente .....	188
3.7	Formas de aquisição da propriedade imóvel. Formas originárias e derivadas .....	190
3.7.1	Das acessões naturais e artificiais .....	192
3.7.1.1	Da formação de ilhas .....	192
3.7.1.2	Da aluvião .....	195
3.7.1.3	Da avulsão .....	197
3.7.1.4	Do álveo abandonado .....	198
3.7.1.5	Das plantações e das construções .....	199
3.7.2	Da usucapião de bens imóveis .....	207
3.7.2.1	Aspectos materiais envolvendo a usucapião de bens imóveis. As modalidades de usucapião de imóvel admitidas pelo direito brasileiro .....	207
3.7.2.1.1	Da usucapião ordinária (art. 1.242 do CC) ...	215
3.7.2.1.2	Da usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	219
3.7.2.1.3	Da usucapião constitucional, agrária ou especial rural – <i>pro labore</i> (art. 191, <i>caput</i> , da CF/1988, art. 1.239 do CC e Lei 6.969/1981) ....	220
3.7.2.1.4	Da usucapião constitucional ou especial urbana – <i>pro misero</i> (art. 183, <i>caput</i> , da CF/1988, art. 1.240 do CC e art. 9.º da Lei 10.257/2001). A inclusão da nova usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal pela Lei 12.424/2011 (art. 1.240-A do CC).....	224
3.7.2.1.5	Da usucapião especial urbana coletiva (art. 10 da Lei 10.257/2001) .....	229
3.7.2.1.6	Da usucapião especial indígena (art. 33 da Lei 6.001/1973).....	232
3.7.2.1.7	Da usucapião imobiliária administrativa decorrente da legitimação da posse, anteriormente prevista no art. 60 da Lei 11.977/2009, e seu tratamento após a Lei 13.465/2017 (arts. 25 a 27) .....	233
3.7.2.2	Da usucapião de bens imóveis e o direito intertemporal.....	237
3.7.2.3	A usucapião de imóveis públicos .....	240
3.7.2.4	Aspectos processuais envolvendo a usucapião de bens imóveis. Da usucapião extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações da Lei 13.465/2017 e na sua regulamentação administrativa pelo Conselho Nacional de Justiça .....	242

3.7.3	Do registro do título.....	264
3.7.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis .....	268
3.8	Formas de aquisição da propriedade móvel. Formas originárias e derivadas .....	269
3.8.1	Da ocupação e do achado do tesouro (arts. 1.264 a 1.266 do CC). O estudo da descoberta (arts. 1.233 a 1.236 do CC) .....	269
3.8.2	Da usucapião de bens móveis (arts. 1.260 a 1.262 do CC). Aspectos materiais .....	274
3.8.3	Da especificação (arts. 1.269 a 1.271 do CC).....	278
3.8.4	Da confusão, da comistão e da adjunção (arts. 1.272 a 1.274 do CC) .....	279
3.8.5	Da tradição.....	281
3.8.6	Da sucessão hereditária de bens móveis.....	285
3.9	Da perda da propriedade imóvel e móvel .....	285
3.10	Análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A REURB e a legitimação fundiária.....	291
3.11	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019.....	300
3.12	Resumo esquemático .....	306
3.13	Questões correlatas.....	308
	Gabarito .....	321
<b>4.</b>	<b>DIREITO DE VIZINHANÇA .....</b>	<b>323</b>
4.1	Conceito de direito de vizinhança.....	323
4.2	Do uso anormal da propriedade.....	326
4.3	Das árvores limítrofes .....	333
4.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações .....	335
4.5	Das águas .....	340
4.6	Dos limites entre prédios e do direito de tapagem.....	348
4.7	Do direito de construir .....	351
4.8	Resumo esquemático .....	359
4.9	Questões correlatas.....	360
	Gabarito.....	367
<b>5.</b>	<b>DO CONDOMÍNIO .....</b>	<b>369</b>
5.1	Introdução. Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	369
5.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	373
5.2.1	Dos direitos e deveres dos condôminos .....	373



5.2.2	Da administração do condomínio voluntário .....	380
5.2.3	Da extinção do condomínio voluntário ou convencional. O direito de preferência tratado pelo art. 504 do Código Civil .....	383
5.3	Do condomínio legal ou necessário .....	394
5.4	Do condomínio edilício .....	396
5.4.1	Conceito e estrutura interna. Regras gerais básicas. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício .....	396
5.4.2	Da instituição e da convenção do condomínio. O controle do conteúdo da convenção condominial .....	407
5.4.3	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício. O condômino antissocial .....	421
5.4.4	Da administração do condomínio edilício .....	445
5.4.4.1	O síndico .....	445
5.4.4.2	As assembleias (ordinária e extraordinária). Quóruns e deliberações .....	451
5.4.4.3	O conselho fiscal .....	456
5.4.5	Da extinção do condomínio edilício.....	457
5.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples .....	458
5.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018.....	464
5.7	Resumo esquemático .....	483
5.8	Questões correlatas.....	484
	Gabarito.....	493
<b>6.</b>	<b>DOS DIREITOS REAIS DE GOZO OU FRUIÇÃO .....</b>	<b>495</b>
6.1	Generalidades sobre os direitos reais de gozo e fruição .....	495
6.2	Da superfície .....	497
6.2.1	Conceito, partes e estrutura. Código Civil de 2002 <i>versus</i> Estatuto da Cidade .....	497
6.2.2	Regras fundamentais a respeito do direito real de superfície .....	502
6.2.3	Da extinção do direito real de superfície e suas consequências .....	507
6.3	Das servidões .....	510
6.3.1	Conceito, características, constituição e institutos afins .....	510
6.3.2	Principais classificações das servidões.....	519
6.3.3	Do exercício das servidões .....	522
6.3.4	Da extinção da servidão .....	530
6.4	Do usufruto .....	535
6.4.1	Conceito, partes, estrutura interna e figuras afins.....	535

6.4.2	Principais classificações do usufruto .....	539
6.4.2.1	Classificação quanto ao modo de instituição ou quanto à origem.....	539
6.4.2.2	Classificação quanto ao objeto que recai .....	542
6.4.2.3	Classificação quanto à extensão .....	543
6.4.2.4	Classificação quanto à duração .....	545
6.4.3	Regras fundamentais relativas ao usufruto. A questão da inalienabilidade do direito real.....	545
6.4.4	Dos direitos e deveres do usufrutuário .....	548
6.4.5	Da extinção do usufruto.....	555
6.5	Do uso.....	562
6.6	Da habitação.....	565
6.7	Das concessões especiais de uso e para fins de moradia. Direitos reais de gozo ou fruição introduzidos pela Lei 11.481/2007 no CC/2002 .....	569
6.8	Do direito real de laje.....	574
6.9	Da enfiteuse. Breves palavras.....	586
6.10	Resumo esquemático .....	591
6.11	Questões correlatas.....	593
	Gabarito.....	602
<b>7.</b>	<b>DO DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO. O COMPROMISSO IRRETRATÁVEL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS.....</b>	<b>605</b>
7.1	Primeiras palavras sobre o compromisso de compra e venda. Evolução histórica legislativa.....	605
7.2	Diferenças conceituais entre o compromisso de compra e venda registrado e não registrado na matrícula do imóvel.....	611
7.3	Requisitos de validade e fatores de eficácia do compromisso irretratável de compra e venda de imóvel .....	618
7.4	Inadimplemento das partes no compromisso irretratável de compra e venda de imóvel. Análise com base na Lei 13.786/2018 .....	623
7.4.1	Inadimplemento por parte do promitente vendedor.....	623
7.4.2	Inadimplemento por parte do promissário comprador. Análise de acordo com a Lei 13.786/2018.....	632
7.5	Questões controvertidas atuais sobre o compromisso irretratável de compra e venda. Interações entre os direitos reais e pessoais. A Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça e suas decorrências. O “contrato de gaveta”. Outras questões atuais relativas à <i>crise</i> do mercado imobiliário .....	647
7.6	Resumo esquemático .....	656
7.7	Questões correlatas.....	656
	Gabarito.....	661

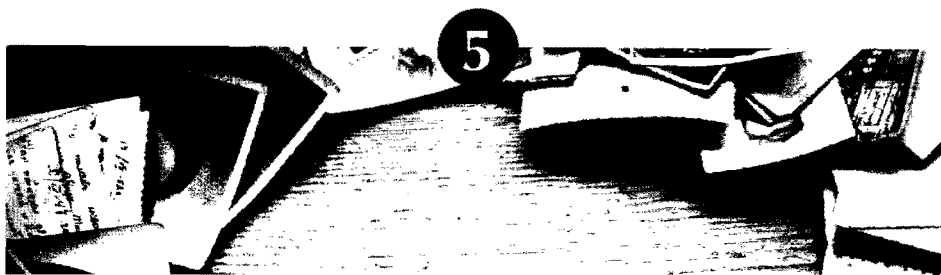
<b>8. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA SOBRE COISA ALHEIA</b> .....	663
8.1 Teoria geral dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	663
8.1.1 Regras gerais e características dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	663
8.1.2 Dos requisitos subjetivos, objetivos e formais dos direitos reais de garantia .....	670
8.1.3 A vedação do pacto comissório real e a polêmica sobre o pacto marciano.....	678
8.1.4 Direitos reais de garantia e vencimento antecipado da dívida ....	683
8.2 Do penhor .....	687
8.2.1 Conceito, partes e constituição .....	687
8.2.2 Dos direitos e deveres do credor pignoratício.....	688
8.2.3 Das modalidades de penhor .....	698
8.2.3.1 Do penhor legal.....	698
8.2.3.2 Do penhor convencional especial rural .....	705
8.2.3.2.1 Regras gerais .....	705
8.2.3.2.2 Do penhor agrícola.....	714
8.2.3.2.3 Do penhor pecuário .....	716
8.2.3.3 Do penhor convencional especial industrial e mercantil ....	717
8.2.3.4 Do penhor convencional especial de direitos e títulos de crédito.....	720
8.2.3.5 Do penhor convencional especial de veículos .....	727
8.2.4 Da extinção do penhor .....	730
8.3 Da hipoteca.....	734
8.3.1 Conceito, partes e constituição.....	734
8.3.2 Bens que podem ser hipotecados.....	739
8.3.3 Das modalidades de hipoteca .....	748
8.3.3.1 Da hipoteca convencional.....	748
8.3.3.2 Da hipoteca legal.....	748
8.3.3.3 Da hipoteca cedular .....	751
8.3.3.4 Da hipoteca judicial ou judiciária.....	751
8.3.4 Da possibilidade de alienação do bem hipotecado e suas consequências. Da sub-hipoteca .....	752
8.3.5 Da remição da hipoteca.....	758
8.3.6 Da preempção da hipoteca convencional .....	763
8.3.7 Da possibilidade de hipoteca sobre dívida futura ou condicional.....	765
8.3.8 Da divisão ou fracionamento da hipoteca.....	766
8.3.9 Da extinção da hipoteca .....	769

8.4	Da anticrese.....	773
8.4.1	Conceito, partes e estrutura .....	773
8.4.2	Regras fundamentais da anticrese.....	775
8.5	Resumo esquemático .....	777
8.6	Questões correlatas.....	779
	Gabarito.....	787
<b>9.</b>	<b>A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....</b>	<b>789</b>
9.1	Introdução. A propriedade fiduciária. Conceito, evolução legislativa e natureza jurídica.....	789
9.2	Regras da propriedade fiduciária no Código Civil de 2002.....	795
9.3	A alienação fiduciária de bens móveis. Regras previstas no decreto-lei 911/1969. A questão da prisão civil do devedor fiduciante.....	810
9.4	A alienação fiduciária em garantia de bens imóveis. Regras previstas na Lei 9.514/1997.....	836
9.5	Resumo esquemático .....	864
9.6	Questões correlatas.....	866
	Gabarito.....	870
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>871</b>

FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

DIREITO DE FAMÍLIA



**13.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: iravgustin/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 07.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 5 : Direito de Família / Flávio Tartuce. – 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7793-1

1. Direito de família – Brasil. 2. Casamento e União Estável – Brasil – I. Título

06-3429.

CDU: 347.6(81)

# SUMÁRIO

<b>1. DIREITO DE FAMÍLIA - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Conceito de Direito de Família. Estágio atual .....	1
1.2 O novo Direito de Família. Princípios.....	5
1.2.1 Direito Civil Constitucional e Direito de Família.....	5
1.2.2 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988).....	7
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988).....	14
1.2.4 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	16
1.2.5 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC).....	17
1.2.6 Princípio da igualdade na chefia familiar (arts. 1.566, III e IV, 1.631 e 1.634 do CC e art. 226, §§ 5.º e 7.º, da CF).....	21
1.2.7 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)...	21
1.2.8 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC).....	23
1.2.9 Princípio da afetividade.....	25
1.2.10 Princípio da função social da família.....	30
1.2.11 Princípio da boa-fé objetiva.....	32
1.3 Concepção constitucional de família.....	38
1.4 Resumo esquemático .....	42
1.5 Questões correlatas .....	44
Gabarito.....	46

<b>2. CASAMENTO – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, INVALIDADE E EFEITOS DO CASAMENTO .....</b>	<b>47</b>
2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento. Regras iniciais.....	47
2.2 Da capacidade para o casamento. Diferenças entre incapacidade e impedimentos.....	52
2.3 Impedimentos matrimoniais no Código Civil de 2002.....	59
2.4 As causas suspensivas do casamento.....	63
2.5 Do processo de habilitação e da celebração do casamento.....	67
2.5.1 Casamento nos casos de moléstia grave.....	73
2.5.2 Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> .....	74
2.5.3 Casamento por procuração.....	75
2.5.4 Casamento religioso com efeitos civis.....	76
2.5.5 Casamento perante autoridade consular.....	78
2.6 Da invalidade do casamento.....	79
2.6.1 Introdução.....	79
2.6.2 Do casamento inexistente.....	81
2.6.3 Do casamento nulo.....	88
2.6.4 Do casamento anulável.....	93
2.6.5 Do casamento putativo.....	105
2.7 Prova do casamento.....	109
2.8 Efeitos e deveres do casamento.....	110
2.9 Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva.....	116
2.10 Resumo esquemático.....	122
2.11 Questões correlatas.....	124
Gabarito.....	129
<b>3. CASAMENTO. DIREITO PATRIMONIAL – REGIME DE BENS.....</b>	<b>131</b>
3.1 Introdução. Conceito e princípios dos regimes de bens. Da ação de alteração do regime de bens.....	131
3.2 Regras gerais quanto ao regime de bens.....	145
3.3 Pacto antenupcial. Conceito e regras.....	168
3.4 Regras especiais quanto ao regime de bens.....	173
3.4.1 Regime da comunhão parcial.....	173
3.4.2 Regime da comunhão universal.....	186
3.4.3 Regime da participação final nos aquestos.....	190
3.4.4 Regime da separação de bens.....	196



3.5	Resumo esquemático .....	200
3.6	Questões correlatas .....	201
	Gabarito .....	209
<b>4.</b>	<b>DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL. ANÁLISE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010 E COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>211</b>
4.1	Introdução. Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela EC 66/2010. A infeliz reafirmação da separação de direito pelo Novo CPC. Análise crítica...	211
4.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	232
4.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato. Aprofundamentos necessários .....	232
4.2.2	Preservação do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	239
4.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto. Regras fundamentais quanto ao divórcio extrajudicial...	242
4.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal. Do julgamento parcial de mérito nas ações de divórcio (art. 356 do Novo CPC).....	259
4.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	268
4.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014) .....	271
4.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a EC 66/2010. O problema dos alimentos pós-divórcio .....	291
4.2.8	A responsabilidade civil em decorrência da dissolução do casamento .....	293
4.2.8.1	Introdução. Direito de família e responsabilidade civil. Premissas fundamentais para a compreensão do tema .....	293
4.2.8.2	A responsabilidade civil nas relações casamentárias. Os danos reparáveis .....	296
4.2.8.3	A possibilidade anterior de discussão da reparação de danos em sede de separação judicial. Impacto com a EC 66/2010 e com o Novo CPC .....	299
4.2.8.4	A reparação dos danos por quebra da fidelidade (antigo adultério) .....	302
4.2.8.5	A reparação dos danos por infidelidade virtual.....	308

4.2.8.6	A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela (Lei 11.340/2006) .....	317
4.2.8.7	O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária. Os casos dos maridos enganados pela gravidez da mulher .....	321
4.3	Resumo esquemático .....	325
4.4	Questões correlatas .....	326
	Gabarito .....	330
<b>5.</b>	<b>DA UNIÃO ESTÁVEL</b> .....	<b>331</b>
5.1	Introdução .....	331
5.2	Conceito de união estável e requisitos .....	338
5.3	Diferenças entre união estável e concubinato. A questão das uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A monogamia como princípio da união estável .....	349
5.4	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável .....	368
5.5	União de pessoas do mesmo sexo ou união homoafetiva .....	393
5.6	Resumo esquemático .....	407
5.7	Questões correlatas .....	409
	Gabarito .....	414
<b>6.</b>	<b>DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO. DISPOSIÇÕES GERAIS, FILIAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FILHOS, ADOÇÃO E PODER FAMILIAR</b> .....	<b>415</b>
6.1	Disposições gerais quanto ao parentesco .....	415
6.2	Filiação. Regras gerais. As antigas presunções de paternidade e as questões de biodireito. O criticável art. 1.601 do Código Civil e a parentalidade socioafetiva. Aprofundamentos quanto à posse de estado de filhos. A multiparentalidade como realidade jurídica da filiação. Primeiros impactos da decisão do STF, prolatada em repercussão geral (STF, RE 898.060/SC, julgada em 21.09.2016) .....	423
6.3	Reconhecimento de filhos .....	465
6.3.1	Introdução .....	465
6.3.2	Reconhecimento voluntário .....	466
6.3.3	Reconhecimento judicial .....	471
6.3.3.1	Foro competente para apreciar a ação investigatória .....	476
6.3.3.2	Legitimidade ativa para a ação investigatória .....	477
6.3.3.3	Legitimidade passiva para a ação investigatória .....	479
6.3.3.4	Fundamentos jurídicos do pedido .....	480
6.3.3.5	Valor da causa e outros efeitos .....	480

6.3.4	Questões controvertidas quanto à ação investigatória de paternidade.....	482
6.3.4.1	Os alimentos na ação investigatória.....	482
6.3.4.2	A discussão da parentalidade socioafetiva na ação investigatória.....	483
6.3.4.3	A relativização da coisa julgada na ação investigatória.....	486
6.3.4.4	A obrigatoriedade do exame de DNA e a presunção de paternidade.....	490
6.4	Adoção.....	493
6.5	Poder familiar.....	513
6.6	Resumo esquemático.....	525
6.7	Adendo especial.....	528
6.7.1	Art. 1.601.....	528
6.8	Questões correlatas.....	538
	Gabarito.....	546
<b>7.</b>	<b>DOS ALIMENTOS.....</b>	<b>547</b>
7.1	Conceito de alimentos e pressupostos da obrigação alimentar.....	547
7.2	Características da obrigação alimentar e do direito aos alimentos.....	557
7.3	Principais classificações dos alimentos.....	584
7.4	Modalidades contemporâneas de alimentos. Alimentos compensatórios, gravídicos e <i>intuitu familiae</i> .....	589
7.5	Outras regras previstas no Código Civil de 2002 e a extinção da obrigação de alimentos. Culpa e alimentos.....	600
7.6	Regras previstas na Lei 5.478/1968. Aspectos materiais e processuais atualizados perante o Novo CPC.....	611
7.7	Resumo esquemático.....	633
7.8	Questões correlatas.....	634
	Gabarito.....	640
<b>8.</b>	<b>DO BEM DE FAMÍLIA.....</b>	<b>641</b>
8.1	Introdução. O bem de família na perspectiva civil-constitucional.....	641
8.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	645
8.3	Bem de família legal.....	649
8.4	Resumo esquemático.....	669
8.5	Questões correlatas.....	669
	Gabarito.....	673

<b>9. DO DIREITO ASSISTENCIAL – DA TUTELA, DA CURATELA E DA GUARDA. ESTUDO ATUALIZADO PERANTE O NOVO CPC E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>675</b>
9.1 Introdução.....	675
9.2 Da tutela .....	680
9.3 Da curatela .....	691
9.4 Da guarda .....	712
9.5 Resumo esquemático .....	716
9.6 Questões correlatas .....	716
Gabarito .....	719
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>721</b>